

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
70.910 - Brasília - DF.

Fones.: 273.3264 (direto)
274.0022 - ramal 2368

SÉRIE ANTROPOLOGIA No. 97

DA PREFEITURA AO BANCO MUNDIAL. Para uma
metodologia de ação política com relação
aos grandes projetos.

GUSTAVO LINS RIBEIRO

1 9 9 0

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9

1 2 3 4 5 6 7 8 9

DA PREFEITURA AO BANCO MUNDIAL.
Para uma metodologia de ação política
com relação aos grandes projetos¹.

Gustavo Lins Ribeiro
Departamento de Antropologia
Universidade de Brasília

Quando o assunto é impacto de grandes projetos o antropólogo não pode se omitir. Estes projetos atingem populações tradicionalmente estudadas pela Antropologia, como camponeses e índios (daí o crescente envolvimento da disciplina com esta questão desde a década de 60) e colocam em jogo, concretamente, a vida de muitos milhares. Leopoldo Bartolomé apresenta os seguintes números de pessoas que sofreram reassentamento forçado causado por hidrelétricas :

"No continente africano se destacam as represas de Kariba (55.000), Kainji (42.000), Volta (87.000) e Assuan (mais de 100.000). Na Ásia podemos mencionar as represas de Damovar (Índia, cerca de 100.000 pessoas), Ubolratana (Tailândia, 30.000), e projetos como o de Pa Mong (Tailândia) que, se concretizado, afetaria 250.000 pessoas). A represa de Keban, na Turquia, produziu 30.000 realocalizados. No continente americano, o conjunto de represas do vale do Tennessee (Estados Unidos) deu lugar à realocação de 60.000 pessoas. No México, a represa Alemán e a Rio Papaloapan II totalizaram 37.000 pessoas, a de Rio Nazas, 31.800 e a de Pujal-Coy Fases I e II, 34.200. No Brasil se destacam Sobradinho (70.000) e Tucuruí (para 1985, cerca de 30.000 pessoas). Esta lista, apesar de sumamente parcial, é suficientemente ilustrativa de que as realocalizações estão longe de constituir um fenômeno excepcional" (Bartolomé 1985: 9-10).

No Brasil, país onde não existe pena capital, podemos nos

¹. Contribuição ao debate no Seminário Internacional da ABA-UNICAMP, DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS: A RESPONSABILIDADE DO ANTROPOLOGO. Campinas (SP), 5/6 de abril de 1990.

perguntar se o Estado tem o direito de decretar a morte de vários indivíduos inocentes cujo único "crime" foi - como o casal de velhinhos no drama faustiano, as primeiras vítimas de realocização forçada da modernidade (Berman 1987) - o de viverem na área de um grande projeto. Pena de morte? Sim. Populações atingidas por atabalhoados processos de reassentamento, comprovadamente passam por um aumento das taxas de mortalidade, sobretudo entre seus segmentos mais novos e idosos (Scudder & Colson 1982). Desta forma, o Estado brasileiro e qualquer outro - tanto no hemisfério sul quanto no hemisfério norte, frise-se - deve ter cobrada esta responsabilidade².

O presente texto, ainda que indiretamente, dialoga com uma tensão clássica na Antropologia, sem pretender solucioná-la, nem tampouco desconhecê-la: a utilidade do conhecimento e da prática do antropólogo. Se existe área onde a transformação do conhecimento antropológico em políticas públicas e em realidades tangíveis se dá em maior ou menor grau, esta é a dos grandes projetos e suas consequências sociais, notadamente os reassentamentos forçados (veja-se, por exemplo, os argumentos de Cernea 1989). Mais uma vez, o dilema, difícil para uma disciplina de corte predominantemente acadêmico, é em que e como o conhecimento antropológico pode influenciar o desenrolar das práticas dos atores sociais.

². Nos Estados Unidos, por exemplo, e frequentemente com a participação do Estado, desde muito incontáveis problemas são causados às populações indígenas por reassentamentos forçados. Veja-se os casos Navajo e Sioux (Aberle 1988, Lawson 1982).

Está claro que não se trata aqui de fazer uma sociologia do papel do acadêmico ou do intelectual, mas se poderia apontar, resumida e simplificadamente, para dois dos campos mais definidores de diversas orientações subjetivas e políticas quando o assunto é impacto da produção acadêmica: (1) aquele no qual se entende o trabalho acadêmico como independente, voltado para suas próprias exigências e necessidades, repousando a possibilidade de que provoque mudança social real na autoridade proveniente da sua qualidade de sistematização de conhecimento; (2) aquele no qual se entende o trabalho acadêmico como voltado pragmaticamente para as necessidades cotidianas dos atores sociais, para a gestão dos conflitos existentes internamente a estes atores ou entre eles e poderosos agentes representativos de interesses supra-locais. Nesta última perspectiva, a possibilidade de mudança a partir da pesquisa antropológica passa pelo crivo, muitas vezes impiedoso, da inserção do antropólogo em diversos e muitas vezes contraditórios cenários extra-acadêmicos de conflitos de poder.

É comum que os praticantes que se situam num ou noutro campo, se percebam e avaliem de maneira pejorativa. Na realidade estes campos se interpenetram e, mais importante ainda, estão recortados por uma dimensão fundamental: a política. Considero que um eixo central para a discussão ética mais profunda com relação às posições e práticas decorrentes das filiações num ou noutro dos campos definidos acima (ou nas suas interseções), não passa necessariamente por considerações de ordem teórica, metodológica ou disciplinar, mas, sim, por assunção de uma ou

outra ideologia política. A introdução do político ao conjunto já intrincado dos dois campos mencionados, agrega uma carga tremenda de complexidade ao nosso universo. Tratar-se de um universo político recortado por campos acadêmicos, ou ao contrário, campos acadêmicos recortados por um universo político, é a causa central do porquê as discussões a respeito do envolvimento do conhecimento antropológico com a pragmática político-econômica do cotidiano dos atores sociais ocorrem em patamares extremamente complicados ao mesmo tempo que altamente apaixonados.

Para efeito desta nossa discussão, considerarei a existência de duas fortes tendências no que diz respeito à relação antropólogos e os chamados projetos de desenvolvimento, ou grandes projetos. Primeiro darei, ainda que exploratoriamente, nomes a estas tendências, que são internamente diferenciadas mas que não terão seus matizes considerados aqui. Feito isto esboçarei argumentos visando uma metodologia com alcance político prático.

DAS DUAS POSICOES: CRITICA-SEM-ADESAO, CRITICA-COM-ADESAO.

As duas maneiras mais frequentes dos antropólogos relacionarem-se com grandes projetos podem ser designadas de (1) crítica-sem-adesão ao projeto, isto é, uma posição de outsider, e a outra (2) crítica-com-adesão ao projeto à maneira de um

insider. Logicamente existe uma terceira posição que é a acrítica com adesão. Esta última, como me parece ferir claramente preceitos éticos, explícitos ou não, da prática antropológica, não creio deva merecer nossa atenção no momento. De resto seria relativamente mais fácil e pouco enriquecedor deter-se nela. Evidentemente participar numa ou noutra das posições críticas depende de muitas variáveis entre as quais há que destacar as posições políticas e ideológicas em que se situam os antropólogos enquanto atores sociais reais.

Ambas posições têm aspectos positivos e negativos que advêm contraditoriamente ou não daquilo que metaforicamente poderíamos expressar da seguinte forma. A posição crítica-sem-adesão ao projeto pode implicar em um diálogo de surdos, enquanto que a posição crítica-com-adesão ao projeto pode pretender obter o melhor dos dois mundos.

Ora, pode-se pensar, aqui temos, mais uma vez, outro desses paradoxos formais de que tanto gostam os antropólogos. Primeiro, deve-se ter claro que os paradoxos são tão frequentes na antropologia porque a própria posição do antropólogo é paradoxal, fato que reverbera através da sua prática etnográfica, política e da sua produção teórica. No entanto, creio que desta vez podemos assumir a realidade do paradoxo e tentar tratá-lo politicamente enquanto tal. Para isto penso numa metodologia que seja capaz de contemplar dois planos, altamente relacionados entre si, e que sumariamente resumirei em: (1) monitoramento de elites para informação dos atingidos e seus aliados e (2) lobby

político-institucional.

MONITORAMENTO DE ELITES PARA INFORMACAO DOS ATINGIDOS E SEUS ALIADOS.

Como procurei demonstrar em meu trabalho sobre a Hidrelétrica argentino-paraguaiá de Yacyretá, todo grande projeto implica numa intrincada articulação de capital financeiro e industrial, público e privado, que coloca juntos em cooperação e conflito elites (técnicas, administrativas, políticas e económicas) que atuam em níveis internacionais, nacionais, regionais e locais (Ribeiro 1988). É o que denomino processo de consorciação. Para compreender, portanto, as características sócio-políticas de um grande projeto há que considerar e identificar as características dos atores sociais que nele detêm o poder e as relações por eles mantidas nas diversas etapas que todo projeto atravessa desde sua idéia inicial até a sua conclusão. Desta forma, se poderá qualificar o interlocutor, na melhor das hipóteses, ou o adversário, na pior das hipóteses.

O repasse de informações para a população local atingida (que coloca difíceis problemas de tradução cultural e política) no mais das vezes vem sendo realizado de maneira incompleta. Não por isto este repasse é ineficaz. De fato, ele vem sendo feito dependendo tanto das inclinações políticas do antropólogo envolvido no caso ou casos concretos, quanto da existência de

instituições que organizem os atingidos (sindicatos, igrejas, comissões regionais, entidades de defesa ecológica ou de minorias). Estas instituições cada vez mais classificadas sob o rótulo "organizações não-governamentais" (ONGS), a fria e ideologicamente neutra designação importada dos países anglo-saxões dos quais uma grande parte do financiamento das "onguis" provém, têm tido um papel central para o exercício de lobby político-institucional sobretudo no cenário internacional (Aufderheide & Rich 1988)².

Antes de entrar na discussão sobre lobby, quero levantar a questão de se o monitoramento de elites não pode ser realizado dentro de uma vertente "crítica-com-adesão". Isto é, se é possível para quem trabalha na implantação de grandes projetos, ou na sua assessoria, participar positivamente no monitoramento ativo e preventivo dos abusos das elites envolvidas. Aqui, num plano geral, um fator fundamental é a natureza do Estado e, por conseguinte, da companhia pública engajada no grande projeto com suas políticas sociais e de "desenvolvimento comunitário" conjunturais. Também de importância central têm sido as pressões exercidas por organismos internacionais. Tudo indica que

². ONG é a tradução para o português de NGO (non-governmental organization). "Onguis" é um neologismo associado ao ambientalismo que em sua abrangência designativa recobre homogêneamente tanto um universo ideológico e politicamente diferenciado quanto movimentos sociais populares de resistência à expansão capitalista. Em trabalho anterior (Ribeiro 1990) procurei levantar a questão da intrincada relação entre ambientalismo e um universo cultural/ideológico anglo-saxão. Para uma diferenciação de diversas tendências ambientalistas veja Viola (1987).

antropólogos trabalhando em ou para agências multilaterais, como no exemplo concreto do Banco Mundial, têm, de certa forma, e a partir de uma posição classificável como "crítica-com-adesão", desempenhado positivamente o papel de "monitores" de elites. A edição de um manual de procedimentos sobre reassentamento forçado (Cernea 1988) representou uma regulamentação de caráter semi-oficial que redundou em efeitos positivos, em escala mundial, já que possibilitou criticar e conter abusos, como o simples pagamento de indenização monetária a pessoas a serem realocizadas, que eram correntes na prática das empreiteiras envolvidas com reassentamento forçado.

Não há dúvida de que a relação antropologia/planejamento/administração pública é altamente complicada e já resultou até em participação direta ou indireta em políticas coloniais, espionagem e administração de campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial⁴. Entretanto, os antropólogos, inclusive os que trabalham com reassentamento forçado em centros mundiais de poder político-econômico, estão discutindo cada vez mais explicitamente a importância e o lugar da antropologia neste campo (cf. Hoben 1982, 1984, Cernea 1989, Sigaud 1988, por exemplo)⁵. Evidentemente, aqui como em outras instâncias, a grande questão continua sendo se é possível

⁴. Veja Copans (1975), Wolf & Jorgensen (1971), Starn (1986), Suzuki (1980, 1981) e Robertson (1986).

⁵. No 88 Encontro Anual da Associação Americana de Antropologia em Washington (1989), a "Força-Tarefa sobre Reassentamento Involuntário" desta Associação se reuniu para discutir este entre outros assuntos.

administrar a expansão capitalista e as mudanças por ela causadas, as quais, os antropólogos melhor do que ninguém sabem, implicam quase sempre na destruição ou transformação violenta das formas pré-existentes a nível local.

LOBBY POLITICO-INSTITUCIONAL

O "antropólogo do desenvolvimento" encontra-se em uma posição análoga à do indigenista e, por conseguinte, potencialmente se defronta com opções, problemas e contradições semelhantes. Ele tanto pode ser "crítico-com-adesão", trabalhando para ou assessorando instituições públicas equivalentes à FUNAI, uma ELETRONORTE ou Companhia do Vale do Rio Doce, por exemplo, quanto "crítico-sem-adesão", assessorando, fazendo as mediações e sendo "porta-voz" de um movimento social nativo, digamos, como uma CRAB-Comissão Regional de Atingidos por Barragens.

A atividade de lobby internamente a um organismo público, estatal, é extremamente complicada, podendo eventualmente envolver quebra de cadeias de lealdades pautadas por relações interpessoais formais e informais em ambientes político-burocráticos altamente hierarquizados e sujeitos a variações conjunturais determinadas por contextos político-econômicos mais amplos. Além disto, o antropólogo geralmente trabalha em/para seções ou departamentos quase que totalmente desprovidos de poder nos sistemas de decisão internos destas instituições. Contudo,

tanto a demonstração de erros junto a diferentes departamentos técnicos, quanto a postulação de soluções que sejam eficazes e implementadas, dependerão não apenas do saber "técnico" do antropólogo (neste momento reduzido à tábula rasa da racionalidade tecno-científica; tratam-se de universos de trabalho comandados, ou fetichizados, se quiserem, por ardentes defensores desta racionalidade) mas também da sua habilidade de trafegar numa densa "micro-física do poder" que precisa compreender. Muito da impermeabilidade, da intradutibilidade dos diversos discursos tecno-científicos envolvidos em relações de trabalho deste tipo - por exemplo, em interações/conflitos entre antropólogos e engenheiros - se deve não apenas às especificidades de cada formação profissional mas ao desconhecimento das características do que analogicamente ou metonimicamente estou chamando microfísica do poder dos cenários interativos. Desconhecimento que acaba por deixar agir quase que livremente (a) as particularidades positivas ou negativas dos atores que interagem e/ou (b) as manipulações mútuas de identidades profissionais. Nunca é demasiado relembrar que assim como existem antropólogos e antropólogos, existem engenheiros e engenheiros. A impermeabilidade dos discursos disciplinares e profissionais só pode ser quebrada no campo do político e no estabelecimento de áreas de compreensão comum. A última parece ser uma tarefa tipicamente antropológica...

Por outro lado, se o objetivo maior do lobby é o bem-estar da população local, além das formas tradicionalmente já

instituídas, como pressões organizadas a partir de papéis profissionais ou intelectuais (via Associação Brasileira de Antropologia, por exemplo), o antropólogo na posição de "crítico-sem-adesão" deveria crescentemente considerar para maior eficácia de sua atuação uma característica central da realidade dos grandes projetos e da questão ambientalista, âmbito no qual cada vez mais definitivamente esta problemática se situa: as articulações dos diversos níveis de poder político-econômico. Volto a insistir: o poder que estes projetos têm de articular os níveis internacionais, nacionais, regionais e locais.

O lobby eficaz, na contemporaneidade, leva em consideração tanto o ativismo a nível local quanto, no outro extremo, a nível internacional. Da prefeitura do município ao Banco Mundial. Neste aspecto, na prática, o movimento ambientalista mundial está claramente na vanguarda. Se pudermos chamá-los de novos movimentos sociais, diríamos que eles estão se pautando por características transnacionais (talvez por causa da questão ambiental não conhecer fronteiras, ver por exemplo, o que acontece com a chuva ácida, camada de ozônio, o efeito estufa, acidentes nucleares, etc.)⁶. Penso no caso exemplar do Primeiro Encontro das Nações Indígenas do Xingu, em Altamira, no Pará, na

⁶. O Estado-Nação - forma de organização e integração político-territorial altamente relacionada aos desenvolvimentos políticos, econômicos e ideológicos do século XIX - se encontra sob fogo cruzado crescente tanto de forças locais, como minúsculas étnicas, quanto transnacionais, como grandes corporações econômicas. Em 1992 a Europa se constituirá no que poderia se chamar da primeira trans-nação. Para uma breve discussão sobre transnacionalismo e ambientalismo veja Pianta & Renner (1989).

semana de 20 a 24 de fevereiro de 1989.

As características da atuação e estruturação de diversas "organizações não-governamentais" leva, por exemplo ao estabelecimento de redes internacionais de informação ligadas via satélite. Leva também a que os vários grupos planejem atividades simultâneas, em partes diferentes do planeta, destinadas ao impacto nos meios de comunicação de massa. Londres, Bonn, Washington e Altamira aparecem subitamente no mesmo, ainda que ilusório, plano. Creio, que aqui deveríamos lembrar também a eficácia da luta dos seringueiros do Acre, que jogando com os diversos níveis de atuação que nos preocupam, conseguiram dar projeção nacional e internacional à sua concepção de reserva extrativista, e - infinitamente mais importante - torná-la possibilidade viável.

Em conclusão, dentro do campo de dilemas que nos é apresentado, é necessário encarar a situação de maneira despojada e procurar construir uma metodologia cada vez mais afinada com o saber sistemático que nossa prática acadêmica requer, assim como com as necessidades reais dos dramas desencadeados à revelia das populações locais pelos poderosíssimos interesses vinculados aos grandes projetos. Vários aspectos mais inclusivos devem ser considerados, especialmente as poderosas ideologias de desenvolvimento e progresso que usualmente legitimam essas intervenções. Finalmente, e para resumir, sugiro, inspirado na literatura existente e na minha própria experiência e reflexão

sobre grandes projetos, que a construção de uma metodologia eficaz que procure ultrapassar o dilema por vezes imobilista de se os antropólogos são cooptados ou não pelo grande rolo compressor dos interesses da expansão capitalista, deveria minimamente considerar (a) as etapas e ritmos institucionais dos grandes projetos e (b) as características de suas composições enquanto campos de poder político-econômico que se desenrolam dentro e ao redor de poderosas burocracias, através de redes sociais que operam em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Aberle, David
1988 - "The Tragedy of Relocation". Trabalho apresentado no Simpósio sobre Reassentamento Involuntário: Teoria, Política e Prática Antropológicas do "XII International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences", Zagreb, Julho 1988.
- Aufderheide, Pat & Bruce Rich
1988 - "Environmental Reform and the Multilateral Banks". World Policy Journal, Spring : 301-321.
- Bartolomé, Leopoldo J.
1985 - "Introducción: las relocalizaciones masivas como fenómeno social multidimensional". In Leopoldo Bartolomé (org.), Relocalizados: Antropología Social de las Poblaciones Desplazadas. Buenos Aires. Ediciones del IDES.
- Berman, Marshall
1987 - "O Fausto de Goethe: a Tragédia do Desenvolvimento". In Marshall Berman, Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. São Paulo. Companhia das Letras.
- Cernea, Michael M.
1988 - Involuntary Resettlement in Development Projects. Policy Guidelines in World Bank-Financed Projects. World Bank Technical Paper Number 80. Washington.
1989 - "Anthropology, Policy and Involuntary

Resettlement". British Association for Social Anthropology in Policy and Practice. Newsletter no. 4.

- Copans, Jean (org.)
1975 - Anthropologie et Impérialisme. Paris. François Maspero.
- Hoben, Allan
1982 - "Anthropologists and Development". Annual Review of Anthropology 11: 349-375.
1984 - "The Role of the Anthropologist in Development Work: an Overview". In William Partridge (org.), Training Manual in Development Anthropology Special Publication of the American Anthropological Association and the Society of Applied Anthropology no. 17. Washington.
- Lawson, Michael L.
1982 - Dammed Indians. The Pick-Sloan Plan and the Missouri River Sioux, 1944-1980. Norman. University of Oklahoma Press.
- Pianta, Mario & Michael Renner
1989 - "The State System and the Consequences for Environmental Degradation". In Ecological Security & Peace, Special Issue of the International Peace Research Newsletter, Vol. XXVII, no. 1. Rio de Janeiro.
- Ribeiro, Gustavo Lins
1988 - Developing the Moon Land: the Yacyreta Hydroelectric High Dam and Economic Expansion in Argentina. Tese de Doutorado. City University of New York.
1990 - "Latin America and the Development Debate". Indian Journal of Social Science vol III, no.2.
- Robertson, A.F.
1986 - People and the State. An Anthropology of Planned Development. Cambridge. Cambridge University Press.
- Scudder, Thayer & Elizabeth Colson
1982 - "From Welfare to Development: a Conceptual Framework for the Analysis of Dislocated People". In A. Hansen & A. Oliver-Smith (orgs.), Involuntary Migration: the Problems and Responses of Dislocated People. Boulder. Westview Press.
- Sigaud, Lygia
1988 - "Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico". In Leinad Ayer O. Santos & Lúcia M.M. de Andrade (orgs.), As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas. São Paulo. Comissão Pró-Índio de São Paulo.
- Starn, Orin
1986 - "Engineering Internment: Anthropologists and the War Relocation Authority". American Ethnologist 13: 700-720.

- Suzuki, Peter T.
1980 - "A retrospective analysis of a wartime 'national character' study". Dialectical Anthropology 5: 33-46.
1981 - "Anthropologists in the Wartime camps for Japanese Americans: a Documentary Study". Dialectical Anthropology 6: 23-60
- Viola, Eduardo
1987 "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecopolítica". In José Augusto Pádua (org.), Ecologia & Política no Brasil. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo/IUPERJ.
- Wolf, Eric R. & Joseph Jorgensen
1971 - "La Antropología en el Sendero de la Guerra en Tailandia". Comunidad 29. Mexico.

1000

1000

73. SEGATO, Rita Laura. A Vida Privada de Iemanjá e seus Filhos: Fragmentos de um Discurso Político para Compreender o Brasil. 1988. A sair no Anuário Antropológico/87.
74. CARVALHO, José Jorge de. Violência e Caos na Experiência Religiosa. 1988.
75. SEGATO, Rita Laura. A Antropologia e a Crise Taxonômica na Cultura Popular. 1988. a sair pelo INF.FUNARTE.
76. PEIRANO, Mariza e Souza. Teoria e Prática da Antropologia: Dois Exercícios. 1988.
77. CARVALHO, José Jorge de. O Lugar da Cultura Tradicional na Sociedade Moderna. 1988.
78. MELATTI, Julio Cesar. Dos Alicerces Somáticos das Culturas Panos Considerados Por Elas Próprias. 1989.
79. KRACKE, Waud. O Poder do sonho no Xamanismo Tupi (Parintintin). 1989.
80. CARVALHO, José Jorge de. Nietzsche e Xangô : Dois Mitos do Ceticismo e do Desmascaramentos. 1989.
81. RIBEIRO, Gustavo Sérgio Lins. Militares, Antropologia, desenvolvimento¹ (Uma Abordagem Preliminar). 1989.
82. PEIRANO, Mariza Gomes e Souza, Só para Iniciados. 1989.
83. PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. Diálogos, Debates e Embates. 1989.
84. RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de Grande Projeto, Uma Forma de Imobilização da Força de Trabalho pela Moradia. 1989.
85. RIBEIRO, Gustavo Lins. Latin America and the development debate*.
86. SEGATO, Rita Laura. Um Paradoxo do relativismo: O Discurso Racional da Antropologia frente ao Sagrado¹
87. WOORTMANN, Klaas. Migração, Família e Camponato. 1990.
88. LARAIA. Roque de Barros. A Cultura Brasileira. 1990.
89. RAMOS, Alcida Rita. Ethnology Brazilian Style. 1990.
90. Aragão, Luiz Tarlei de. "Mãe Preta, Tristeza Branca". Processo de Socialização e Distância Social no Brasil. 1990.
91. Aragão. Luiz Tarlei de. O Inconsciente em Claude Lévi-Strauss ou A Dimensão Inconsciente nos Fenômenos Culturais. 1990.
92. RAMOS, Alcida Rita. O Antropólogo: Ator Político, Figura Jurídica. 1990.

93. PEIRANO, Mariza G.S. Artimanhas do Acaso. 1990.
94. RAMOS, Alcida Rita. A Retórica do Indigenismo. 1990.
95. RAMOS, Alcida Rita. An Economic of Wase Amazonian Frontier Development and
96. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. A Vocação Crítica da Antropologia. 1990.
97. RIBEIRO, Gustavo Lins. Da Prefeitura ao Banco Mundial. Para uma metodologi
a de ação política com relação aos grandes projetos. 1990.
98. RIBEIRO, Gustavo Lins. A trama da Dominação e da Resistência na "Tecelagem
dos conflitos de classe". 1990.

32. RAMOS, Alcida Rita. Sociedade, Indígenas e a Classificação de Parentes, com outros artigos da Série Primitivos, São Paulo: Ática, 1986.
33. MACHADO, Lia Zanotta. Identidade e Individualismo, 1982.
34. FISCHER, Michael M. From Interpretive to Critical Anthropologies, 1982. Republicado no Anuário Antropológico/83: 55-72.
35. PEIRANO, Mariza G. e S. Etnocentrismo e Etnos: O Conceito de "Sociedades Complexas", 1982. Republicado em Dados 26(1): 1983: 37-115.
36. LARAIA, Roque de Barros. O Conceito Antropológico de Cultura, 1983. Republicado com o título Cultura: Um Conceito Antropológico, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
37. PEIRANO, Mariza G. e S. a Antropologia Esquecida de Florestan Fernandes: Os Tupinambá, 1983. Republicado no Anuário Antropológico/82: 15-49.
38. MELATTI, Julio Cezar. Antropologia no Brasil: Um Roteiro, 1983. Republicado no IBR 17, 1984: 3-52.
39. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Introdução a uma Leitura de Rivers, 1984. A ser republicado como Introdução a Rivers, org. pelo autor, São Paulo: Ática.
40. WOOTMANN, Klaas. A Família Trabalhadora, 1984. Republicado em Ciência Hoje 3(13), 1984: 26-31 e em Ciências Sociais Hoje/1984, São Paulo: Cetus/ANPOCS, 1984: 69-87.
41. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Tempo e Tradição: Interpretando a Antropologia, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/84: 191-203.
42. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A "Categoria da Causalidade" na Formação da Antropologia, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/83: 11-52.
43. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura e Cultura de uma Perspectiva Antropológica, 1984.
44. PEIRANO, Mariza G. e S. O Antropólogo como Cidadão: Louis Dumont e o Caso Brasileiro, 1984. Republicado em Dados 29 (1), 1985: 21-43.
45. RAMOS, Alcida Rita. Categorias Fílicas do Pensamento Senufo: Contrastes Intra e Inter-Étnicos, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/84: 95-108.
46. MACHADO, Lia Zanotta e MAGALHÃES, Themi. Quezado de. Imagens do Espaço: Imagens de Vida (Um Estudo sobre Brasília) 1984. Republicado em Brasília, Ideologia e Realidade: Espaço Urbano em Questão, org. por Aldo Siviani, São Paulo: Projeto, Brasília, CNPq, 1985: 191-214.
47. MACHADO, Lia Zanotta. Família, Honra e Individualismo, 1985.
48. MELATTI, Julio Cezar. A Origem dos Brancos no Mito de Shema Wetsa, 1985. Republicado no Anuário Antropológico/84: 109-173.
49. MELATTI, Julio Cezar. Curt Numuendajó e os Jê, 1985.
50. WOOTMANN, Klaas. A Comida, a Família e a Construção do Gênero Feminino, 1985. Republicado em Dados, vol. 29, nº 1, 1986: 109-130.
51. RAMOS, Alcida Rita; LAZARIN, Maria Antonia e SUMER, Gile Goodwin. Yanomami em Tempo de Juro (Relatório de Pesquisa) 1985. Republicado em Cultura Indígena da Amazônia, Catálogo do Quinto Centenário, Maurício: Bilheteria Quinto Centenário, 1985: 73-83.
52. RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. A Classificação de Parentes, 1986. Início de

- nº 32 da Série Antropológica não publicado no volume da Coleção Princípios, São Paulo: Ática, 1986.
53. PEIRANO, Mariza G. e S. O Encontro Etnográfico e o Diálogo Teórico . Republicado no Anuário Antropológico/85, Rio: Tempo Brasileiro, 1986.
 54. MELATTI, Julio Cezar. "Mená: A Origem Mitológica da Cultura Marúbo", 1986.
 55. LARAIA, Roque de Barros. Os Estudos de Parentesco no Brasil , 1987. Republicado em B18 23. 1987: 3-17.
 56. CARVALHO, José Jorge de. O Jogo das Bolinhas de Vidro: Uma Simbólica da Masculinidade , 1987. A sair no Anuário Antropológico/87.
 57. PEIRANO, Mariza G. e S. A Índia das Aldeias e a Índia das Cestas: Reflexões sobre um Debate , 1987. Republicado em Dados, vol. 30, nº 1, 1987: 109-122.
 58. PEIRANO, Mariza G. e S. O Pluralismo de Antonio Candido , 1987.
 59. CARVALHO, José Jorge de. A Força da Nostalgia: A Concepção de Tempo Histórico dos Cultos Afro-Brasileiros Tradicionais , 1987. Republicado em Religião e Sociedade, vol. 14, nº 2, 36-61. 1988.
 60. LARAIA, Roque de Barros. Etnologia Indígena Brasileira: um Breve Levantamento , 1987.
 61. SEGATO, Rita Laura. Algunas Propuestas para un Estudio del Cambio Religioso: La Expansión Evangélica en La Quebrada y Puna Jujenas , 1987.
 62. SILVERWOOD-COPE, Peter L. O Segredo dos Pagodes: Religião e Política no Sudeste Asiático , 1987. Tradução do nº 28 desta Série.
 63. SENA, Custódia Selma. Em Favor da Tradução ou Falar é Fácil, Fazer é que São Elas . 1987.
 64. LARAIA, Roque de Barros. A Morte e as Morte de Curt Nimuendajú , 1988. in Ciência Hoje, vol. 8, nº 44.
 65. PEIRANO, Mariza G.S. "Are You Catholic ? Relato de viagem, Reflexões Teóricas e Perplexidades Éticas. 1988. Republicado em Dados, vol. 31, nº 2, p. 219-242.
 66. RAMOS, Alcida Rita. Vozes Indígenas: O Contato Vivido e Contado. 1988. A sair no Anuário Antropológico/87 e em Nation-State and Indian in Latin America, org. por Greg Urban e Joel Sherzee.
 67. RAMOS, Alcida Rita. A Antropologia Brasileira Vista Através do Anuário Antropológico, 1988.
 68. LARAIA, Roque de Barros. A Morte nas Sociedades Tupi-Guarani, 1988.
 69. WOODTMANN, Klaas A.W. "Com Parente não se Negocia": O Camponato como Ordem Moral , 1988. A sair no Anuário Antropológico/87.
 70. RIBLIRO, Gustavo Lima. Descotidianizar, Extrañamiento y Conciencia Práctica. Un Ensayo sobre la Perspectiva Antropológica. 1988.
 71. CARVALHO, José Jorge. A Antropologia e o Nilismo Filosófico Contemporâneo, 1988. Republicado no Anuário Antropológico/86, 153-181. Brasília: Ed. UnB/Tempo Brasileiro.
 72. ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Perspectivas de Ocupação do Cerrado na Região de Brasília ou Notas para uma Antropologia do Sertão , 1988.

SÉRIE ANTROPOLOGIA - TÍTULOS PUBLICADOS

01. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Povos Indígenas e Mudança Sócio-Cultural na Amazônia, 1973. Republicado (*) em A Sociologia do Brasil Indígena, do mesmo autor. 2ª edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB, 1978: 173-196, e em Man in the Amazon, org. por Charles Hagley, Gainesville: The University Presses of Florida, 1974: 111-135.
02. RAMOS, Alcida Rita. Nomes Pessoais e Classificação Social na Sociedade Sanuma (Yanoama). 1973. Republicado no Anuário Antropológico/76: 13-38 e em Peasants, Primitives and Proletariats, org. por Browman e Schwartz, Haia: Mouton, 1979: 191-205.
03. MELATTI, Julio Cezar. O Sistema de Parentesco dos Índies Kraho, 1973. Republicado em Dialectical Societies, org. por D. Maybury-Lewis, Cambridge: Harvard University Press, 1979: 46-79.
04. RAMOS, Alcida Rita e Peirano, Mariza G. e S. O Simbolismo da Caça em Dois Rituais de Nomenclatura, 1973.
05. WOODYMAN, Klaas. Comunidade e Haciendas no Perú Andino: Contribuição a uma Sociologia do Camponato Latino-Americano, 1973.
06. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Um Conceito Antropológico de Identidade, 1974. Republicado em Alter 3(4), 1973: 208-219 e em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo autor. São Paulo: Pioneira, 1976: 33-52.
07. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Processos de Articulação Étnica, 1974. Republicado em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo autor, São Paulo: Pioneira 1976: 53-73, e em Processos de Articulación Social, org. por Hermitte e Bartolomé, Buenos Aires: Amorrotor, 1977: 282-304.
08. MELATTI, Julio Cezar. Reflexões sobre Algumas Narrativas Kraho, 1974. A maioria das narrativas, sem as reflexões, republicadas em Folk literature of the Gê Indians, vol. II, e g. por J. Wibert e K. Simoneau, Los Angeles: University of California-UCLA, 1984: 316-334.
09. RAMOS, Alcida Rita. Identidade Étnica numa Situação Intertribal, 1974. Republicado em Hierarquia e Simbiose, org. pela mesma autora, São Paulo: HUCITEC Brasília: INT, 1980: 23-65.
10. RAMOS, Alcida Rita. Mundurucu. Mudança Social ou Falso Problema?, 1974. Republicado em American Ethnologist, 5, 1978: 675-689.
11. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Possibilidade de uma Antropologia da Ação entre os Tukuna, 1975. Republicado em América Indígena 37(1), 1977: 145-169 e em Sociologia do Brasil Indígena, do mesmo autor, 2ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB: 1978: 197-222.
12. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Reconsiderando Etnia, 1975. Republicado em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo autor, São Paulo: 1976: 79-109.

(*) Os textos republicados nem sempre o são na mesma língua e por vezes sofrem modificações no título e na redação.

13. MELATTI, Julio Cezar e MONTAGNER MELATTI, Delvaire. Relatório sobre os Índios Marúbo, 1975.
14. ZARUR, George de C. Leite. Pescadores do Golfo do México: Racionalidade Econômica e Sistema Social, 1976.
15. ZARUR, George de C. Leite. Repensando o Conceito de Matrifocalidade, 1976.
16. RAMOS, Alcida Rita. Extinção, Alienação ou Simbiose? 1977. Republicado como Introdução a Hierarquia e Simbiose, pela autora, São Paulo: MUCITEC, Brasília: INL, 1980: 01-17.
17. CADAKA, Maria. No Burgo do Tempo Perdido: Vondervotteimittis Revisitado, 1977.
18. RAMOS, Alcida Rita e ALBERT, Bruce. Descendência e Afinidade: O Contraste entre Duas Sociedades Yanqawa, 1977. Republicado nas Actes du XLII Congrès International des Américanistes, vol. II, Paris, 1977: 71-90.
19. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura de Mauss, 1977. Republicado como Introdução a Mauss, org. pelo autor, São Paulo, Ática, 1979: 05-50.
20. HOOFMANN, Klaas. Hábitos e Ideologia Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda. Relatório Final, 1978.
21. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade e Estrutura Social, 1978. Republicado no Anuário Antropológico/78: 243-253 e em Enigmas e Soluções, do mesmo autor, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983: 103-125.
22. LARAIA, Roque de Barros. A Situação das Minorias Étnicas no Brasil, 1978. A parte referente ao negro, ampliada, republicada no 818 7; 1979: 11-21.
23. LUSTIG-ARECCO, Vera. Adaptação à Caça: Uma Análise Comparativa, 1978. Republicado na Revista de Antropologia 22, 1979: 39-60.
24. MELATTI, Julio Cezar. À Procura de uma Classificação dos Personagens Mítico-Rituais Timbira, 1979. Republicado no Anuário Antropológico/79: 99-130.
25. SYGAUD, Lygia Maria. O Sindicato e a Estratégia do Capital, 1979.
26. AMARAL, Custódia Selma Sena do. Durkheim e o Estudo das Representações, 1979. Republicado no Anuário Antropológico/82: 134-154.
27. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Etnia e Estrutura de Classes, 1980. Republicado no Anuário Antropológico/79: 57-78 e em Enigmas e Soluções, do mesmo autor, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983: 126-149.
- 27a SILVERWOOD-COPE, Peter L. Os Maku - Povo Caçador do Noroeste da Amazônia, 1980. o 3º capítulo foi publicado no Anuário Antropológico/78: 176-239.
28. SILVERWOOD-COPE, Peter L. The Secret of The Pagodas (Religion and Politics in South-East Asia) 1981. Traduzido para o português no nº 62 desta mesma Série.
29. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. As Categorias do Entendimento na Formação da Antropologia, 1982. Republicado no Anuário Antropológico/81: 125-146.
30. PEIRANO, Mariza G. e S. Documentos e Identidade Social (Algumas Reflexões sobre Cidadania no Brasil), 1982. Republicado em Sociedade e Estado, vol. 1 nº 1: 49-63.
31. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Sociedade Plural" e Pluralismo Cultural no Brasil, 1982. Republicado em Tempo Brasileiro 71, 1983: 07-17 e em Proceedings of the American Ethnological Society, Washington, 1984: 35-48.